

Governo nega doação de passagem

A Casa Civil do governo da Paraíba, segundo o governador Ronaldo Cunha Lima, não mais está distribuindo passagens para migrantes. "Somente os casos de doença estão sendo atendidos ou então a pessoa que comprova ter um emprego garantido em outro estado", diz o governador, informando que não existe uma deliberação proposital do governo do estado em patrocinar passagens para os que desejam deixar a Paraíba.

Para Cunha Lima, o problema da migração nordestina "é de ordem muito ampla" e maior do que se possa imaginar. Na sua opinião, o processo migratório extrapola a competência dos governos estaduais e exige uma atuação mais concreta do Governo Federal. "O Governo Federal poderia patrocinar programas de assentamentos e empregos em cidades do Nordeste e evitar, com isso, que os nossos conterrâneos deixem sua terra", propõe o governador.

Enquanto não for feito um programa que garanta a fixação do homem em sua terra, os nordestinos, acredita o governador, vão continuar migrando para estados mais desenvolvidos. Governando um estado onde a maioria das grandes cidades está rodeada por um cinturão de favelados, Cunha Lima diz estar preocu-

pado com o êxodo do campo para Campina Grande e João Pessoa e dessas cidades para outros estados.

Ele já adotou um programa agroindustrial, ampliando os projetos de irrigação no interior do estado. Com isso, acredita que vai conseguir evitar o êxodo do campo para as grandes cidades da Paraíba e garantir mais empregos para as populações carentes. A meta do governo é criar 127 mil novos empregos nos próximos dois anos.

Na Paraíba, atualmente, segundo o governador Ronaldo Cunha Lima, não há incentivos para grandes projetos de criação de gado que provocam a retirada dos camponeses de suas terras. "O homem já tangeu o boi, hoje o boi é que tange o homem. Por isso não incentivamos esses projetos", afirma o governador Cunha Lima.

Um dos projetos do governador, para segurar as populações rurais em suas terras, é a distribuição de caprinos para os camponeses. O estado entrega uma cabra ao trabalhador e quando esta reproduz, a cria é entregue a técnicos estaduais e a matriz passa a pertencer ao agricultor.